

Parecer Jurídico

- Acerca do Projeto de Lei n.º 123, de 27 de outubro de 2022.

Origem: Poder Executivo

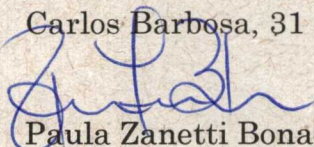
Ementa: Dispõe sobre pagamento de Requisição de Pequeno Valor de que tratam os §§3º e 4º do art. 100, da Constituição Federal.

Pedido de Urgência: Sim

Referido projeto de lei visa estabelecer como sendo Requisições de Pequeno Valor - RPV, os débitos ou obrigações judiciais contra a Fazenda Municipal que tenham valor igual ou inferior a 20 (vinte) salários mínimos nacionais, cujos pagamentos obedecerão a ordem cronológica de apresentação perante a Administração Municipal. Revoga a Lei n.º 1.577/2002 que estabelecia para tanto os valores iguais ou inferiores a 10 salários mínimos nacionais.

A proposta é legal e constitucional.

Carlos Barbosa, 31 de outubro de 2022.



Paula Zanetti Bonacina

Assessora Jurídica

OAB/RS n.º 70.034

